

Ônibus de Aracaju é o segundo mais caro do NE

Reajuste do valor foi discutido na Câmara de Aracaju. O Setransp quer elevar a tarifa para R\$ 2,52 e o representante dos usuários propõe redução para R\$ 1,82



ESTADO DE SERGIPE PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO RECORTE DE JORNAIS

■ O plenário da Câmara Municipal de Aracaju - CMA - ficou bastante movimentado na tarde da última segunda, 11, com a realização da sessão especial para discutir o valor da tarifa e a qualidade do transporte público da Capital. A sessão contou com a participação de vereadores, deputados estaduais, representantes da Frente em Defesa da Mobilidade e Transporte Público, e da SMTT de Aracaju.

O superintendente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Município de Aracaju - Setransp -, José Carlos Amâncio, foi convidado a participar, mas não compareceu ao evento, ausência muito criticada durante a sessão. "Foi ruim a ausência dele, porque seria importante ouvir os argumentos dos empresários para fundamentar o pedido de reajuste", comenta o vereador Iran Barbosa, PT, autor do requerimento para realização da sessão.

Na avaliação de Iran, os aracajuanos pagam uma tarifa elevada quando comparada com outras Capitais do Brasil. "Os dados que nós temos informam que Aracaju ocupa o segundo lugar no Nordeste em relação ao valor da tarifa e, na contramão disso, os serviços são muito precários em termos de atendimento à população", afirma.

PLANILHA

O representante da Frente em Defesa da Mobilidade e Transporte Público, Demétrio Rodrigues Varjão, disse que de 2001 até 2011, o valor da tarifa aumentou 150%, estando muito acima da inflação do período. Segundo ele, a forma como o aumento vem se dando nas últimas décadas não é nada transparente. "Tudo vem acontecendo sem participação



Andressa Barreto /CMA

Sessão especial na CMA discute valor da tarifa e qualidade do transporte público

nenhuma da população e contrariando o artigo 139 da Lei Orgânica que obriga que todo reajuste deve ser votado pelos vereadores", frisa.

Ele criticou, também, o fato de a planilha de custos nunca ter sido revelada para a população. "Somente numa audiência ocorrida recentemente na SMTT, a secretária da Defesa Social de Aracaju, Georlize Teles, disponibilizou a planilha de custos apresentada pelo Setransp, onde é solicitado um reajuste de 11%, passando o valor da passagem dos atuais R\$ 2,25 para R\$ 2,52", diz. Ele observou que se for feita uma reavaliação dos custos da planilha, a tarifa poderá ser reduzida para R\$ 1,82.

Demétrio revelou que ao analisar a planilha de custos, descobriu diversas irregularidades como: a inclusão do salário de cobradores nos veículos onde não há a presença desses profissionais, a exemplo dos micro-ônibus e Midibus. "Eles também incluem custos como câmara de ar, sendo que a frota de ônibus utiliza pneus com tecnologia tubless, sem câmara de ar", critica.

O superintendente da SMTT, Nelson Felipe, disse que sabe

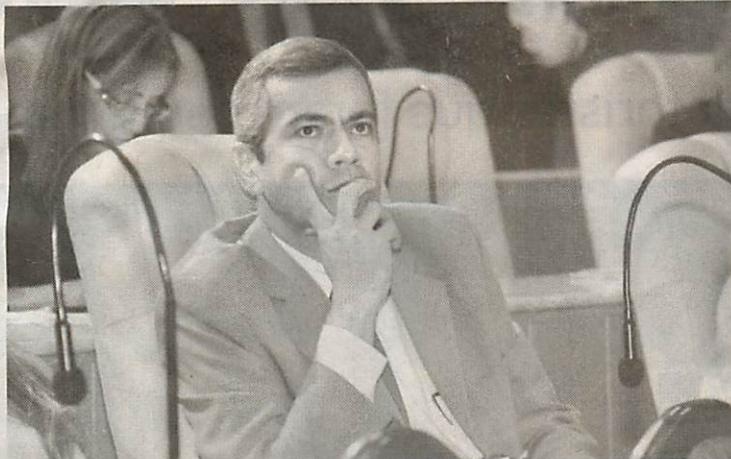
das dificuldades do setor e que é um desafio do órgão melhorar a questão do transporte. "Não existe nenhuma decisão, nenhuma vontade de prejudicar a quem quer que seja. Nossa visão é beneficiar a sociedade com um transporte público de qualidade e que tenha um preço justo", revela.

LICITAÇÃO

A Câmara também quer ter acesso à planilha de custos e, para tanto, aprovou um requerimento solicitando informações. "A Lei Orgânica diz que quem define o valor da tarifa é o Executivo, mas, antes, a proposta deve ser encaminhada para o Legislativo, que tem um prazo de um dia para manifestar-se", afirma Iran.

Conforme o parlamentar, a CMA também debate a necessidade urgente da licitação. "A licitação é um instrumento público, obrigatório, que se tem para fazer uma seleção mais cuidadosa e qualificada das empresas que vão prestar o serviço de transporte público", explica.

Demétrio Varjão, por sua vez, diz que as empresas de ônibus exploram o serviço ilegalmente, por não haver contrato de licitação. "A SMTT não pode



Iran Barbosa: os aracajuanos pagam uma tarifa elevada quando comparada com outras Capitais do Brasil

nem cumprir o papel dela de fiscalização. Se apreender um veículo, as empresas não vão repor e a população vai ficar sem esse direito garantido”, enfatiza.

O vereador Adriano Oliveira, PSDB, disse que, em 2008, denunciou ao Ministério Público o fato de 40% da frota estar acima de 10 anos de uso e, de lá para cá, pouco se resolveu. “Eu faço um apelo ao novo gestor da SMTT para que possa fazer a licitação do transporte, que é uma forma imediata para solucionar o problema”, avalia.

O superintendente da SMTT concordou com o vereador Adriano e disse que a idade da frota realmente está avançada. Segundo ele, a legislação prevê que a frota tenha sete anos de uso, no máximo. “Algumas empresas fazem até questão de renovar a frota delas, mas outras infelizmente parecem que se esquecem da necessidade de prestar um bom serviço”, observa.

O promotor de Justiça da Curadoria da Fazenda Pública do Ministério Público de Sergipe, Marcellio Pinto, disse que, em agosto de 2011, foi ajuizada uma Ação Civil Pública - ACP -, para a realização da licitação do transporte público da Capital.

Em janeiro de 2012, a juíza Elvira Almeida concedeu liminar para que houvesse o início do processo licitatório. Só que, de lá para cá, foram interpostos diversos recursos e representações por parte do Município e do Setransp. “Este ano, no dia 16 de janeiro, começou a ser julgado o agravo regimental do Município de Aracaju contra a decisão do desembargador Cláudio Déda, que, em dezembro do ano passado, suspendeu o procedimento licitatório; mas, por causa de um pedido de vista do desembargador Cezário Siqueira Neto, o julgamento foi interrompido. Agora, todos estão aguardando que o julgamento seja reiniciado”, explica.

Segundo o promotor, um dos motivos da ACP foi a precariedade do vínculo da exploração do transporte, que hoje é feito por ordem de serviço. “Isso é ilegal porque a Constituição Federal determina que seja feita por meio de licitação”, disse. Ele esclareceu também que, havendo a licitação, o explorador deverá obedecer a uma série de regras.

TAXA DE GERENCIAMENTO

A vereadora Lucimara Passos acredita que mesmo com a

legislação vigente, que data da década de 90, é possível rever o cálculo da tarifa. Segundo ela, é importante promover a licitação do transporte. “Sei das dificuldades, mas, sem a licitação, não iremos conseguir êxito”, comenta.

Demétrio Varjão questionou, ainda, o destino dos R\$ 800 mil mensais arrecadados pela SMTT referentes à taxa de gerenciamento, correspondente a 5% do valor da tarifa e que deve ser utilizado exclusivamente para a fiscalização do transporte. “A gente não vê a SMTT gastar nenhum real com a fiscalização, não vê ônibus irregular ser multado e nem apreendido. E eu queria saber por que esses recursos que encarecem o valor da tarifa não são utilizados para a fiscalização”, dispara.

Nelson Felipe se defende e diz que a taxa de gerenciamento não é paga a mais de seis meses. “Nós herdamos uma situação totalmente desesperadora. Toda a dívida foi parcelada em mais de 12 vezes e, depois, foi dividida novamente. Mesmo assim, não foi paga. Estamos recebendo parcelas dessa taxa agora, e a SMTT tem, nessa taxa, a fonte maior da sua sobrevivência”, afirma.

ATO PÚBLICO

Na quinta, 14, à tarde, na Praça Fausto Cardoso, a Frente em Defesa da Mobilidade e Transporte Público realizou mais um ato contra o reajuste da tarifa do transporte coletivo. O objetivo foi denunciar as irregularidades encontradas na planilha de custos do Setransp e pressionar o poder público municipal a congelar o valor da tarifa, até que uma auditoria nos custos das empresas seja realizada. ■

[>] COMENTE ESTA MATÉRIA
opine@cinform.com.br